

NATUREZA E POLÍTICA: Transformação da percepção da natureza

Izabela Cristina Gomes da Silva¹

Resumo

O campesinato propõe um caminho que nega o modelo hegemônico capitalista imposto sobre os ideais desenvolvimentistas e modernizadores à sociedade contemporânea. O desenvolvimento se dá em contraposição aos ideais do campesinato, pois todo camponês possui um conjunto de práticas coerentes com a sua realidade e necessidades essenciais. Essas práticas estão ligadas à relação que cada comunidade tem com o território. Já que toda prática advém de perspectivas, sendo estas a parte moral e filosófica das mais variadas relações sociedade-natureza. O significado dado à natureza pelos povos camponeses divergem do significado dado àquela pela lógica do modo de produção capitalista. Pois esta possui um conjunto de práticas que priorizam o acúmulo de capital e as relações de competitividade. Utilizamos um metodologia de base qualitativa, com leitura e discussão do referencial bibliográfico (livros, artigos e periódicos). Contudo objetivamos neste ensaio fazer uma contraposição entre as perspectivas, que fundamentam a lógica desenvolvimentista e os ideais camponeses das práticas agroecológicas.

Palavras-chave: Campesinato, Agroecologia, Desenvolvimento, Ideologia Capitalista, Ideais Camponeses.

Introdução

A ciência agroecológica e o movimento agroecológico seguem em direção contrária ao modo de produção capitalista, pois priorizam o potencial endógeno da natureza e os saberes populares tradicionais. Geralmente as unidades produtivas agroecológicas são pequenas, porém com alto grau de biodiversidade. Este outro paradigma que envolve a agricultura vem sendo disseminado e concretizado pelo campesinato. Segundo Altieri (2002) a Agroecologia:

Fornecer as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, sem provocar danos irreparáveis. Simultaneamente ao esforço para combater as pragas, doenças ou deficiências do solo, o agroecólogo luta para devolver ao agroecossistema sua elasticidade e força. Se a causa das doenças, pragas, degradação do solo, etc., for atribuída a um desequilíbrio, então a meta do tratamento agroecológico será restaurar o equilíbrio. Na Agroecologia, incremento e manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a auto-regulação e a sustentabilidade. (ALTIERI, 2002, p. 16).

O autor retrata a Agroecologia como uma técnica que possibilita a restauração dos agroecossistemas, os quais em nome do desenvolvimento foram transformados ou destruídos. Durante o processo de homogeneização ecológico-espacial e sócio-cultural exercido pela lógica capitalista, as populações tradicionais foram marginalizadas e as estruturas sociais

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC). E-mail: izabela.cristinagomes@gmail.com

tiveram suas bases transformadas para convergirem com as necessidades de expansão do capital.

A ideologia burguesa capitalista está imersa na consciência das sociedades modernas e pós-modernas ocidentais, utilizando-se das religiões baseadas no cristianismo e da ciência positivista para legitimar-se naturalizada ao ser humano. A negação dos ideais fundadores das práticas agroecológicas ajuda a invisibilizar, que a Agroecologia é uma forma de re-existência dos modos de vida camponeses. Essa invisibilidade reforça o fato de que os modos de vida baseados na lógica capitalista fazem parte do que é considerado natural nas sociedades.

Utilizamos uma metodologia de base qualitativa abordada segundo a perspectiva de Silva (2009), com leitura e discussão do referencial bibliográfico (livros, artigos, periódicos). O conhecimento científico cartesiano por muito tempo marginalizou os saberes-fazeres populares tradicionais, dessa maneira, a partir do diálogo de saberes entre camponeses e pesquisadores propomos trazer visibilidade às percepções e estratégias utilizadas pelo campesinato para sua reprodução, como também ao seu conhecimento e processos criativos.

Os camponeses que trabalham com sistemas de produção tradicionais têm conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade agrícola que manuseiam. É por essa razão que os agroecologistas opõem-se àquelas abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que as alimenta. (ALTIERI, 2009, p. 34).

Altieri (2009) valoriza o conhecimento dos povos camponeses em contraposição aos estudos que descaracterizam esses saberes, por não possuírem fundamentação científica. Propondo assim, que para avançarmos nos estudos da Agroecologia precisamos compreender as relações existentes entre a natureza e seu manejo pelo campesinato.

Contudo a abordagem de Silva (2009) nos auxiliou metodologicamente no desencadeamento deste estudo é a análise do discurso. "O ato de enunciar, nesses termos, é revelador das condições históricas, registrando o lugar socioideológico no qual o sujeito se posiciona". (SILVA, 2009, p. 99). Todavia a análise do discurso objetiva que a inscrição ideológica demonstre os efeitos de sentido arraigados no discurso.

Ao admitirmos as simbologias presentes em cada discurso realizamos uma reflexão que transpassa a fala explícita, e busca entender também o que está implícito de acordo com o

contexto sócio-político, cultural e histórico-econômico. Contudo objetivamos neste ensaio fazer uma contraposição entre a lógica desenvolvimentista e as concepções ideológica e filosófica da Agroecologia, que são materializadas no território pelos sujeitos sociais.

Consideramos o território como um híbrido, caracterizado por ser composto de elementos diferentes, possuindo um sentido material (ambiente) e imaterial (sentimento de pertencimento) que se complementa. Discute-se, a partir de autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2006) o território com uma perspectiva integradora, relacional que reúne aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólico/culturais em sua composição, tendo o poder como inerente nas relações entre todos os sujeitos sociais, e não apenas à classe hegemônica ressaltada pela hierarquia.

Discussão

Ao longo dos séculos os saberes das populações camponesas tradicionais vêm sendo transmitidos de geração em geração, por meio das palavras e experiências práticas compartilhadas. A reprodução e construção desse conhecimento se dão pela convivência com o local e entre os sujeitos que moram em um determinado território.

Na economia camponesa, mesmo em nossos dias, a sede da aprendizagem social e para o trabalho continua sendo a família. Para o camponês auto-suficiente, a escola não podia oferecer outra coisa que doutrinação religiosa e, em seu caso, político. As destrezas e os conhecimentos necessários para seu trabalho podiam ser adquiridos no próprio local de trabalho; e, de qualquer forma, a escola não os oferecia. (ENGUITA, 1989, p. 39).

Segundo Enguita (1989), a escola não possibilita aos estudantes camponeses o conhecimento necessário para a execução das atividades realizadas no campo, mais especificamente, nas unidades produtivas camponesas. Já que estas próprias oferecem e favorecem à construção dos saberes-fazeres tradicionais.

Isso ocorre devido ao fato de que a escola, dentro do sistema capitalista, serve como meio para possibilitar a expansão do capital. Então nesse contexto serão valorizados projetos político-pedagógicos que priorizem essa lógica. Os conhecimentos gerados pelas populações tradicionais são construídos de dentro para fora, a partir de observações e tentativas coletivas das mais diversas formas de manejar a natureza. Enquanto que o conhecimento reproduzido

nas escolas, de um modo geral, é gerado de fora para dentro, sem a observação e interação com a realidade local na qual vivem os estudantes.

Sendo o conhecimento científico convencional utilizado para subsidiar o desenvolvimento. Os professores, formados em universidades baseadas nessa perspectiva, ao chegarem às escolas/universidades acabam reproduzindo os ideais, que propõem uma educação correspondente aos interesses da lógica capitalista hegemônica.

Ao retratar o bem estar social aliado a um padrão de vida econômico, como também a liberdade enquanto estratégia para a troca de mercadorias, acumulação de capital e exploração do trabalho alheio. Logo a escola convencional valoriza os modos de vida burgueses, que ressaltam a desconexão entre a sociedade e a natureza. Assim disseminando a ideologia capitalista e a sobreposição desta sobre quaisquer outras.

É preciso pensar em uma concepção de ensino aprendizagem por meio da dialética entre o conhecimento científico institucionalizado e o conhecimento popular tradicional, partindo das vivências das populações locais e não somente das visões hegemônicas capitalistas. Para a construção de um aprendizado que parta da co-evolução, possibilitando a valorização das diversas visões de mundo. Tendo assim uma educação voltada para a realidade cultural-ecológica, sócio-econômica locais.

Todavia por meio da ciência institucionalizada vêm sendo abordada duas perspectivas mais significantes, que se dedicam à construção da Agroecologia como ciência: a Norte-americana, com forte concentração de cientistas no estado da Califórnia-EUA, com uma abordagem mais agronômica/ecológica Gliessman (2001). E a espanhola, com a presença de cientistas na temática social Sevilla-Guzmán (2006). Ambas possuem suas raízes na América Central, no México, a partir do legado teórico de Angel Palerm (1980), Efrain Hernandez Xolocotzi e dos trabalhos: Agroecology: the scientific basics of alternative agriculture (2002), do chileno Miguel Altieri e Agroecology and Small Farm Development (1989), de Altieri e Suzana Hecht.

A escola Norte-Americana inicia-se primeiramente, na década de 1920, com o campo da ecologia dos cultivos e, posteriormente, na década de 1930, quando alguns ecologistas propuseram o termo agroecologia para denominar a ecologia aplicada à agricultura. Nas décadas de 1960 e 1970 recomeça o interesse em aplicar conceitos ecológicos na agricultura,

em decorrência das pesquisas de comunidades, da influência crescente das abordagens sistêmicas e do aumento da consciência ambiental, principalmente após a publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson em 1964.

Já a eclosão da Agroecologia na Espanha ocorreu no fim dos anos 1980, devido a várias consequências sociais e ambientais causadas pela revolução verde, que estavam ocorrendo no país na época em questão, surgindo como:

Um produto da confluência entre o ascendente movimento ecologista, a força que ainda tinha o movimento camponês em sua luta contra a marginalização, e a continuidade das reflexões da Nova Tradição dos Estudos Camponeses, abrindo caminho para uma caracterização agroecológica do campesinato. (CASADO; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2000, p. 85).

Nesta escola, a Agroecologia surgiu, concretamente, de uma interação entre as disciplinas científicas e as próprias comunidades rurais, principalmente da América Latina, chegando à Europa através de zonas onde a modernização agrária não havia se intensificado, como é o caso da Andaluzia – Espanha.

O pensamento agroecológico recebeu influência das ciências agrícolas (através das interações ecologia/agronomia/sociologia), de diferentes abordagens metodológicas para as análises agroecológicas dentro das ciências agrárias, do ambientalismo como contribuinte intelectual, da ecologia, dos sistemas de produção indígenas e camponeses, dos trabalhos antropológicos e de geógrafos e dos estudos de desenvolvimento rural por meio das análises dos impactos sociais da tecnologia, dos efeitos perniciosos da expansão do mercado de commodities, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e da crescente dificuldade de acesso aos recursos comuns pelas populações locais. (HECHT, 2002, p. 26).

A contribuição da Agroecologia vai além da questão técnica na agricultura, uma vez que causa reflexões fundamentais para a transformação das ciências agrárias e sobre a importância dos conhecimentos das populações camponesas tradicionais. Tomando a agronomia como exemplos, ainda hoje os engenheiros agrônomos, em sua maioria, não são formados segundo um paradigma divergente da lógica capitalista.

Devido a internacionalização do capital, a compartimentalização da pesquisa científica que produziu e reforçou a separação artificial entre as ciências sociais e naturais, intensificando assim, o processo de fragmentação entre a sociedade e a natureza. Esses processos ancoram a subalternização da sabedoria popular tradicional no mundo contemporâneo.

Então seguindo esse viés o desenvolvimento estabelecido na Europa deve ser colocado em prática por todas as outras culturas. A referida questão nos leva a refletirmos sobre o ocultamento das estratégias e saberes colocados em prática pelos povos originários "americanos", associada à sobreposição do saberes europeus embasados na razão moderna-colonial. A partir desse contexto pretendemos abordar criticamente o desenvolvimento enquanto modelo universal. Segundo Dussel (1994):

Ese pueblo, el Norte, Europa (Alemania e Inglaterra en particular para Hegel), tiene así un "Derecho absoluto" por ser el "portador (Träger)" del Espíritu en este "momento de su Desarrollo (Entwicklungsstufe)", ante el cual pueblo todo otro-pueblo "no tiene derecho (Rechtlos)". Es la mejor definición no sólo de "eurocentrismo" sino de la sacralización misma del poder imperial del Norte o el Centro, sobre el Sur, la Periferia, el antiguo mundo colonial y dependiente. (DUSSEL, 1994, p. 20).

Dussel (1994) sinaliza o vínculo entre desenvolvimento e eurocentrismo, destacando a posição ontológica na qual o desenvolvimento seguido na Europa deve ser colocado em prática por todas as outras culturas. Assim o "descobrimento" faz parte da constituição do ego moderno como subjetividade centro e fim.

O eurocentrismo desconsidera os modos de vida dos povos não cristãos como simultâneos e contemporâneos. Essa visão de mundo hegemônica os classifica como atrasados, selvagens, sem alma, que não possuem dignidade e capacidade para coordenar um território. Além de propor um modelo universal de modo de vida, fundamentado na ideologia burguesa e urbana enquanto exemplo do novo, desenvolvido, avançado, racional e civilizado.

Todavia o que significa ser civilizado. Criar grandes cidades, construir estratégias de utilização e convivência com a natureza ou ter nascido em um determinado lugar. Na lógica ocidental o único saber válido advém da razão moderna-colonial européia.

A negação das civilizações ameríndias faz parte da subalternização que esses povos sofrem até os dias atuais na América Latina. Elas foram negadas porque não se encaixavam no modelo de desenvolvimento moderno-colonial, proposto pelos países colonizadores imperialistas.

O contato hegemônico converte simultaneidade em não-contemporaneidade, inventando passados para dar lugar a um futuro único e homogêneo. Assim, o fato de que os princípios legais vigentes na sociedade civil deste lado da linha não se aplicam ao outro lado não compromete sua universalidade. (SANTOS, 2007, p.74).

Com o início do período colonial (século XVI) todos os modos de vida preexistentes nas "Américas" foram considerados parte de um passado. Para legitimar esse fato os colonizadores basearam-se na lógica evolutiva e na ideia da superioridade racial, afirmando que os "índios" eram povos selvagens e sem alma.

Assim desprezaram qualquer conhecimento provindo desses povos, para então impor a implementação de um modelo civilizatório homogêneo. Como não foram cogitados os conhecimentos, os modos de vida pré-colombianos e a própria natureza dos territórios, torna-se improvável a não utilização dos princípios legais que regem a civilização ocidental.

Todavia tendo como exemplo a lógica da regulação e emancipação sociais, destacamos que esta se aplica apenas nas sociedades metropolitanas. Seria impensável aplicá-la aos territórios coloniais, aos quais se aplica a apropriação e a violência. O pilar da regulação social é constituído pelos princípios do Estado, da comunidade e do mercado, enquanto o pilar da emancipação consiste nas três lógicas da racionalidade: a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade instrumental-cognitiva da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral-prática da ética e do direito. (SANTOS, 1995).

Assim como na América Latina não havia nenhuma dessas três racionalidades aos moldes ocidentais, logo não haveria a possibilidade de emancipação social. Já a regulação social foi instituída priorizando o direito de ter bens e explorar a todo custo a natureza, como também os seres humanos de raças consideradas "inferiores".

Para Smith (1988) desde seu surgimento, a ideologia burguesa da natureza utiliza-se das concepções Kantianas de natureza para consolidar-se. Tratando a natureza como externa ao homem, passível de controle e dominação. Em contraponto o campesinato não segue essa perspectiva, que corrobora com o processo de marginalização dos ideais e modos de vida tradicionais camponeses.

Otro aspecto distintivo de esta categoría social es que lá condición necesaria de la situación de campesino está representada por el uso de la tierra donde habita y/o produce, más que por su posesión formal. Para los campesinos, las distintas formas de acceso a la tierra representan el acceso a un patrimonio, medio de producción, espacio de construcción de conocimientos, seguridad alimentaria y, no raras veces, se revisten de significados simbólicos. (AGUIAR, 2007, p. 28).

Dessa forma, o campesinato baseia suas experiências práticas nas vivências e necessidades que aparecem em seu cotidiano, consolidando valores, significados e sabedorias

próprios. A forma pela qual os camponeses e camponesas se relacionam com a natureza não é dada por pressupostos universais coerentes com um determinado sistema político-econômico e sim de acordo com as peculiaridades temporais e espaciais de cada território, por isso são diversas.

Pontuamos também a questão de uma identidade fortemente vinculada ao território. Considerando assim a dimensão simbólica existente na relação camponês-território, associada ao sentimento de pertencimento. Muitas vezes essa territorialidade é construída juntamente com as práticas de cooperação existentes nos modos de vida camponeses, como o mutirão e a partilha de saberes-fazer.

Darwin não teve a menor ideia da amarga sátira que escrevia sobre os homens (e especialmente sobre seus compatriotas), quando afirmou que a livre competição, a luta pela existência, que os economistas celebram como sendo a maior conquista histórica do homem, constitui exatamente o estado natural do reino animal. (ENGELS, 1979, p. 26).

Engels (1979) questiona o fato das sociedades ocidentais modernas considerarem a competição uma qualidade dos povos chamados civilizados. Porém essa característica é mais relacionada aos aspectos do mundo selvagem (animal). Em contraponto dentro da organização dos modos de vida camponeses, a cooperação é um elemento chave para a construção daqueles. Segundo Ploeg (2008) a competição não faz parte do que é inerente ao ser humano, defendendo que os interesses dos mais diversos sujeitos sociais só conseguem estabelecerem-se pela cooperação entre os indivíduos.

Nessa atmosfera a disseminação e compartilhamento dos conhecimentos tradicionais camponeses se materializa pelo convívio entre os camponeses, que em suas relações intercambiam os sucessos e fracassos ocorridos em suas experiências. Esse intercâmbio de saberes-fazer ajuda no processo de re-existência do campesinato, por valorizar o conhecimento tradicional e partindo dele, encontrar a saída para dificuldades deparadas durante o manejo das unidades produtivas.

Apesar da tendência à marginalização do modo de vida camponês, gerada pela sobreposição dos modos de vida urbano/industrial, a valorização dos saberes-fazer das comunidades tradicionais, desperta o reconhecimento e identificação dos camponeses na contemporaneidade. Fortalecendo o convívio com o local, ao buscar a heterogeneidade sócio-

cultural e natural frente à homogeneização proposta pela ideologia desenvolvimentista capitalista.

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria; em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais [...] Distinguem-se daquelas próprias ao modo de produção capitalista, em que não só a força de trabalho como a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes nas duas formas de sociedade. (DIEGUES et. al, 2001, p. 24).

Segundo o autor, os ideais que baseiam a sociedade capitalista distinguem dos que baseiam as sociedades tradicionais, principalmente pela relação de integração com a natureza que as segundas colocam em prática. Diferente das primeiras que se relacionam com a natureza pela mediação da dominação, a coisificando.

Entretanto, ao utilizar a palavra recursos referindo-se aos recursos naturais Diegues et. al (2001), utiliza um termo burguês que caracteriza a mercantilização da natureza. Todavia os povos camponeses não retratam a natureza como recurso (objeto) a ser dominado e comprado, almejando essencialmente a obtenção do lucro e o acúmulo de capital.

Considerações Finais

A transformação da percepção da natureza tem ocorrido desde a materialização da lógica capitalista dentro da sociedade ocidental. Tal transformação visa ressaltar os interesses burgueses, naturalizando-os como interesses de todas sociedades. Sendo relevante revermos os pilares nos quais a educação ancora-se, já que esta exerce influência sobre os ideais dos povos do campo e da cidade. Não devendo então convergir com a expansão do desenvolvimento hegemônico.

Ressaltamos as questões ideológicas que envolvem a aceleração da lógica capitalista no campo em países como o Brasil. Em nome do desenvolvimento, os agroecossistemas foram transformados ou destruídos e as culturas manejadas tradicionalmente foram

substituídas por culturas, que fizessem parte de uma dieta alimentar universal, além da erosão genética de várias espécies, como também a fomentação de uma agricultura em grande escala e monocultora.

Entretanto para Toledo (2002), as práticas agroecológicas exercidas pelos povos camponeses possuem uma racionalidade ecológica, esta nega os ideais capitalistas. Pois lidam com a natureza relacionando questões simbólico-culturais, assim o manejo da terra não se resume às técnicas de cultivo, permitindo então que o campesinato não mercantilize a terra, a água, as plantas e os animais.

Para conquistarmos modos de vida mais justos sócio-ecologicamente, precisamos romper com o modelo político-econômico, que prioriza a expansão do desenvolvimento capitalista, desvaloriza os conhecimentos populares tradicionais, naturaliza o antropocentrismo, coisifica a natureza e torna a competição intrínseca à espécie humana.

Nesse contexto faz-se necessária a crítica ao desenvolvimento capitalista sobre os territórios, como modelo assumido pelos projetos ocidentais globais universalizadores. Contribuindo assim para a valorização e construção de conhecimentos, que partam dos saberes-fazeres tradicionais existentes há séculos nas comunidades camponesas latino-americanas.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, M. El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural: Un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidad en dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso – Brasil, Córdoba – Espanha, 2007.

ALTIERI, M.; HECHT, S. Agroecology and Small Farm Development, Boca Raton: CRC Press, 1989.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. - 5. ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible, Madrid, Mundi-Prensa, 2000.

DIEGUES, A.; ARRUDA, R. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil, Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DUSSEL, E. 1492 El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad, Plural editores - Centro de información para el Desarrollo - CID, Colección Academia - Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, Bolivia, 1994.

ENGELS, F. A Dialética da natureza, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

ENGUITA, M. Do Lar à Fábrica, passando pela Sala de Aula: A Gênese da Escola de Massas *In* A Face Oculta da Escola: educação para o trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável, Porto Alegre, UFRGS, 2001.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos, São Paulo: Contexto, 2006.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico, Guaíba: Agropecuária, 2002.

PALERM, A. Antropólogos y campesinos: los límites del capitalismo. Antropología y Marxismo, México: Nueva Imagem, 1980.

PLOEG, J. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de S. Toward a new common sense. Nova York: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, Revista Novos Estudos, CEBRAP, novembro 2007.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria, Agroecología, PNUMA/Mundi-Prensa/ Universidad de Córdoba, España, 2006.

SILVA, J. Análise do discurso e pesquisa qualitativa na Geografia *In*: RAMIRES, J.; PESSÔA, V. (Org.) Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação, Uberlândia: Assis, 2009.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.



TOLEDO, V. A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. Agroecologia e Desenvolvimento, UFF, Laudo multidisciplinar e termo de cooperação técnica para a convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da reserva biológica de Poço das Antas, Niterói - RJ, 2002.